



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

### ATA DA 11641<sup>a</sup> SESSÃO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025

#### SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se às quinze horas e quinze minutos em sessão ordinária, o Tribunal Regional Eleitoral, sob a Presidência do Senhor Desembargador Silmar Fernandes. Compareceram as Senhoras e os Senhores: Desembargador Encinas Manfré, Desembargador Roberto Maia, convocado, Desembargador Mairan Maia Júnior, Juíza Cláudia Bedotti, Juiz Regis de Castilho, Juiz Rogério Cury, Juiz Claudio Langroiva Pereira, Juíza Danyelle Galvão, convocada, Doutor Paulo Taubembratt, Procurador Regional Eleitoral, e Senhor Luciano Antonio Ribeiro Sanches, Secretário Judiciário. Aberta a sessão, foi dispensada a leitura e aprovada a ata da sessão anterior.

#### JULGAMENTOS

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0600006-66.2021.6.26.0073

PROCEDÊNCIA: MOCOCA - SÃO PAULO

RELATOR: JUIZ ROGÉRIO CURY

REVISOR: JUIZ CLAUDIO LANGROIVA PEREIRA

RECORRENTE: ELIEZER PEDRETTI DA SILVA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

DECISÃO: AFASTARAM AS MATÉRIAS PRELIMINARES; RECONHECERAM, DE OFÍCIO, A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, NA FORMA RETROATIVA, COM RELAÇÃO À PRÁTICA DOS DELITOS TIPIFICADOS NO ARTIGO 307, DO CÓDIGO PENAL E NO ARTIGO 325 C/C ART. 327, III, AMBOS DO CÓDIGO ELEITORAL, E, COM ISSO, DECLARARAM EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RECORRENTE EXCLUSIVAMENTE COM RELAÇÃO ÀQUELES DELITOS, COM FUNDAMENTO NOS ARTIGOS 107, INCISO IV, 109, INCISOS V E VI, ARTIGO 114, INCISO I, ESTES C/C 110, CAPUT E § 1º, TODOS DO CÓDIGO PENAL; DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO CRIMINAL ELEITORAL PARA, MANTIDA EM 01 (UM) ANO DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA, NO PATAMAR MÍNIMO LEGAL, A PENA DECORRENTE DA PRÁTICA DO CRIME DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL, CONVERTER A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM UMA ÚNICA RESTRITIVA DE DIREITOS, CONSISTENTE NA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, ESTA FIXADA EM 05 (CINCO) SALÁRIOS-MÍNIMOS, DIRIGIDA A ENTIDADE BENEFICENTE A SER FIXADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO, MANTIDA EM PARTE A CONDENAÇÃO PROFERIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. V.U.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0600032-54.2023.6.26.0183

PROCEDÊNCIA: RIBEIRÃO PIRES - SÃO PAULO

RELATOR: JUIZ ROGÉRIO CURY

RECORRENTE: MAYCON SANTOS DE JESUS

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

DECISÃO: DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA, MANTIDA A CONDENAÇÃO, FIXAR O REGIME ABERTO PARA O CUMPRIMENTO DA PENA E CONVERTER A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR UMA RESTRITIVA DE DIREITOS, CONSISTENTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE PELO MESMO PRAZO DA PENA CORPORAL. V.U.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0600052-62.2024.6.26.0166

PROCEDÊNCIA: SÃO CAETANO DO SUL - SÃO PAULO

RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRAN MAIA JÚNIOR

REVISORA: JUÍZA CLÁUDIA BEDOTTI

RECORRENTE: AMERICO SCUCUGLIA JUNIOR

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

DECISÃO: REJEITARAM A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. V.U. POR MAIORIA, NOS TERMOS DO VOTO DA REVISORA, ACOLHERAM A PRELIMINAR DE NULIDADE POR OFENSA AO SISTEMA ACUSATÓRIO, SUSCITADA PELA DEFESA TÉCNICA, PROSSEGUINDO-SE, PORÉM, NA ANÁLISE DO MÉRITO, VENCIDO O RELATOR SORTEADO, QUE A REJEITAVA. NO MÉRITO, TAMBÉM POR MAIORIA DE VOTOS, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO A FIM DE JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO PENAL, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 386, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, VENCIDO O RELATOR SORTEADO, QUE NEGAVA PROVIMENTO AO RECURSO. ACÓRDÃO COM A JUÍZA CLÁUDIA BEDOTTI. DECLARAM OS VOTOS O DESEMBARGADOR MAIRAN MAIA E O JUIZ REGIS DE CASTILHO.

HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600209-14.2025.6.26.0000

PROCEDÊNCIA: MAUÁ - SÃO PAULO

RELATORA: JUÍZA CLÁUDIA BEDOTTI

IMPETRANTE: DANIEL LEON BIALSKI

IMPETRANTE: LUIS FELIPE D ALOIA

PACIENTE: ATILA CESAR MONTEIRO JACOMUSSI

IMPETRADO: MM. JUIZ(A) DA 2ª ZONA ELEITORAL DE SÃO PAULO (PERDIZES)

DECISÃO: DENEGARAM A ORDEM DE HABEAS CORPUS, COM A CONSEQUENTE REVOCAGÃO DA LIMINAR ANTERIORMENTE DEFERIDA. V.U. DECLARA VOTO CONVERGENTE, COM RESSALVA DE FUNDAMENTAÇÃO, O JUIZ CLAUDIO LANGROIVA PEREIRA.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600425-05.2024.6.26.0066

PROCEDÊNCIA: LIMEIRA - SÃO PAULO

RELATOR: JUIZ CLAUDIO LANGROIVA PEREIRA

RECORRENTE: LIMEIRA FORTE DE NOVO [AGIR/PODE] - LIMEIRA - SP

RECORRIDO: FUNDACAO LUSENRIQUE QUINTAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA

RECORRIDO: LUSENRIQUE QUINTAL

RECORRIDO: ALBERT HENRIQUE NEVES

RECORRIDA: MAYRA ROSANNA GAMA DE ARAUJO SILVA COSTA

DECISÃO: DE OFÍCIO, DETERMINARAM A EXCLUSÃO DA FUNDAÇÃO LUSENRIQUE QUINTAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO POLO PASSIVO DA AÇÃO. V.U. NO MÉRITO, PELO VOTO DE DESEMPATE DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, APENAS PARA CONDENAR LUSENRIQUE QUINTAL À PENA DE INELEGIBILIDADE PARA AS ELEIÇÕES A SE REALIZAREM NOS 8 (OITO) ANOS SUBSEQUENTES, VENCIDOS A JUÍZA CLÁUDIA BEDOTTI, O JUIZ REGIS DE CASTILHO E O DESEMBARGADOR ENCINAS MANFRÉ, QUE NEGAVAM PROVIMENTO AO RECURSO. DECLARA O VOTO A JUÍZA CLÁUDIA BEDOTTI.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600568-84.2024.6.26.0424

PROCEDÊNCIA: JUNDIAÍ - SÃO PAULO

RELATOR: JUIZ ROGÉRIO CURY

RECORRENTE: O FUTURO NÃO PODE PARAR [PL / FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA (PSDB/CIDADANIA) / PSD / PP / AVANTE / REPUBLICANOS / PODE] - JUNDIAÍ - SP

RECORRIDO: FABIANO LEONARDO

DECISÃO: APÓS O VOTO DO RELATOR, QUE DAVA PROVIMENTO AO RECURSO PARA AFASTAR A EXTINÇÃO DO PROCESSO E JULGAVA PARCIALMENTE PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO PARA CONDENAR O RECORRIDO AO PAGAMENTO DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.000,00, PEDIU VISTA O JUIZ REGIS DE CASTILHO.

RECURSO NO(A) RECCRIMELEIT Nº 0600786-96.2020.6.26.0313

PROCEDÊNCIA: CHAVANTES - SÃO PAULO

RELATOR: DESEMBARGADOR SILMAR FERNANDES

RECORRENTE: JOSE APARECIDO LOPES

RECORRIDA: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

DECISÃO: EM 28.11.2024, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO VOTO DA JUÍZA DANYELLE GALVÃO, CONHECERAM DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE, PARA QUE A CORTE PROSSEGUISSE NO JULGAMENTO DE MÉRITO, VENCIDO O RELATOR, DESEMBARGADOR SILMAR FERNANDES, QUE NÃO CONHECIA DOS EMBARGOS. EM 16.12.2025, NEGARAM PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES. V.U. DECLARAM OS VOTOS O DESEMBARGADOR COTRIM GUIMARÃES E A JUÍZA DANYELLE GALVÃO.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600791-52.2024.6.26.0225

PROCEDÊNCIA: GENERAL SALGADO - SÃO PAULO

RELATOR: DESEMBARGADOR ENCINAS MANFRÉ

RECORRENTE: CLAUDINEIA TRINDADE MESSIAS

RECORRENTE: MARCOS ANTONIO DE ALENCAR

RECORRENTE: RODRIGO ALEXANDRE BONETTO

RECORRIDA: JOAO DOMINGOS FERRAZ LIEBANA

DECISÃO: NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS. V.U. VOTOU O DESEMBARGADOR PRESIDENTE.

O Senhor Desembargador Encinas Manfré presidiu o julgamento do processo nº 0600786-96.2020.6.26.0313, do qual participou a Juíza Danyelle Galvão.

O Senhor Desembargador Roberto Maia participou do julgamento do processo nº 0600052-62.2024.6.26.0166.

Após os julgamentos, o Senhor Desembargador Encinas Manfré, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, pediu a palavra e, após saudar os membros da Corte, o Senhor Procurador Regional Eleitoral, as autoridades presentes, advogados e advogadas, o corpo funcional do Tribunal e todos que acompanhavam a sessão, anunciou o lançamento, nesta data, da 17ª Edição da Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político – REDESP, publicada semestralmente pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista - EJEP, criada pela Portaria EJEP nº 04/2016, e que tem por linha editorial a análise de temas de direito eleitoral, direito processual eleitoral, direito partidário e sistemas políticos. Anunciou ainda que a presente edição faz uma homenagem especial ao Desembargador Silmar Fernandes, Presidente deste Tribunal.

Em seguida, foi concedida a palavra ao Doutor Richard Pae Kim, Juiz de Direito, Coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral Paulista e editor-chefe da publicação, que assim se manifestou: “Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e Digníssimo Diretor também da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, Desembargador Silmar Fernandes. Boa tarde a todas as pessoas e às dignas autoridades presentes, e vou cumprimentar todos na pessoa do eminentíssimo Desembargador Encinas Manfré, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, mesmo porque o nosso homenageado será citado em diversas partes desta minha breve fala. Hoje temos a felicidade de lançarmos a nossa 17ª edição da revista. O lançamento desta edição especial é momento oportuno para celebrarmos, não apenas o avanço do debate acadêmico sobre o sistema eleitoral brasileiro, mas também para homenagear uma autoridade que personifica o compromisso com a democracia, a justiça e a liderança: o Desembargador Silmar Fernandes. Nesta edição, que se destaca pelo enfoque em temas atuais, como a desinformação eleitoral, regulamentação das mídias sociais, assim como pelos estudos sobre representatividade, integridade eleitoral e segurança jurídica, vemos refletido o rigor técnico e científico fundamental para a evolução democrática. A análise das condições de elegibilidade e da lei que desestimula práticas ilícitas ressaltam a importância de um sistema de incentivos sólidos para preservar a integridade do processo eleitoral, inspirado diretamente nos fundamentos da engenharia constitucional. Vinte e três autores nos honraram com seus trabalhos, dentre eles, autoridades como eminentíssimo Ministro do STJ Benedito Gonçalves, juízes desta egrégia Corte de hoje, de sempre, Desembargadora Claudia Lúcia Fonseca Fanucchi, Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, meu sempre Presidente, Juiz Diogo Rais, e tantos outros pesquisadores, especialistas em direito eleitoral, como o Ministro Tarécio Vieira de Carvalho Neto, que trouxeram contribuições importantes para os referidos debates. Esta edição, como disse, é especial e contamos com honroso prefácio do Desembargador Vice-Presidente Encinas Manfré. Ao celebrarmos o término do biênio da presidência do Desembargador Silmar Fernandes, evocamos as palavras de Peter Drucker: ‘A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo’. Friedrich Nietzsche nos lembra que ‘sem música, a vida seria um erro’. E eu diria que, sem líderes como o Desembargador e grande amigo Silmar Fernandes, a orquestra da Justiça Eleitoral perderia a harmonia vital entre a ética, saber e serviço público. E Vossa Excelência assim o fez, com o importante apoio de todos os eminentes juízes desta Corte, do membro do Ministério Público aqui presente, dos

servidores, dos advogados e da nossa querida e competentíssima Doutora Fernanda Mendes Simões Colombini, Juíza Assessora da Presidência deste Tribunal e Diretora Executiva da EJEP, a quem também rendemos nossas homenagens. Assim, esta edição da REDESP não apenas enriquece o debate científico e jurídico, mas homenageia uma jornada marcada pela sabedoria e compromisso com a democracia. Agradecemos, pois, a cada uma das autoras e dos autores, as avaliadoras e avaliadores e, em especial, às servidoras Nísia Pudwell e Vanessa Diniz, e todos os demais servidores da EJEP, que sem sua dedicação, a revista não alcançaria a excelência que atingimos hoje, inclusive reconhecida pela CAPES. Parabéns, Presidente, e boa leitura a todos. Obrigado.”

A seguir, o Senhor Desembargador Presidente manifestou-se nos seguintes termos: “Pego de surpresa. Claro, quer dizer, alguma coisa eu sabia que iria acontecer, mas, como todos presenciaram, o Presidente é como marido enganado, é sempre o último a saber. Então, agora que a Vanessa veio aqui e me trouxe, estou tendo o prazer de desfrutar, por falta de uma, de duas, da Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político, e na capa, o que muito me envaidece, ‘edição especial em homenagem ao Desembargador Silmar Fernandes’, e com prefácio do futuro Presidente, do meu querido amigo, o Desembargador José Antonio Encinas Manfré. Grato pelo prefácio. Não tive nem tempo de ler porque fui pego aqui de surpresa. Só vejo aqui que ‘especialmente publicado em homenagem a mim’. ‘Saúdo o Presidente Desembargador Silmar Fernandes com votos para que Sua Excelência continue na venturosa carreira, como sempre, sob as luzes da Providência’. Não tive tempo de ler, mas, com certeza, já sei que tem muito carinho, muita admiração e muita amizade aqui nesse prefácio. Agradeço ao Vice-Presidente José Antonio Encinas Manfré e fui pego mesmo de surpresa porque eu não sabia, estou lendo agora, vou ler cada artigo. E embora o nosso diretor já tenha dito aqui algumas pessoas que fazem parte desta edição, eu recebi também há pouco tempo um texto, e aí eu percebi que haveria o lançamento do livro. Sabia do livro, mas não sabia nada a respeito do teor. Então, me perdoem se eu serei redundante, mas eu vou ler aqui a homenagem a todos os que participam desta edição em minha homenagem. E digo aqui, a Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político é o resultado do aprimoramento de um processo histórico, instituído pelo TRE de São Paulo desde meados do século passado, de difusão do conhecimento técnico-científico, que se iniciou com o ‘Boletim Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo’. Então, começamos com um boletim eleitoral e hoje temos uma revista eletrônica. Esse boletim vigorou no período de 1947 a 1980, com um pequeno intervalo, pequeníssimo, de sete anos, no período de 1961, em que eu não era nem nascido, a 1976. Teve prosseguimento com o ementário de jurisprudência ‘Panorama Eleitoral’, que vigorou no período de 1996 a 2000, com circulação limitada e publicada pela Secretaria Judiciária, e depois com ‘Cadernos de Direito Constitucional Eleitoral’, que circulou no período de 1987 a 2000, publicado em parceria com a Imprensa Oficial do Estado. Então, vejam, que tradição nós temos, senhoras, senhores, colegas, aqueles que nos assistem. Nossa tradição, aqui, de chamarmos pessoas do mundo eleitoral para divulgarem os seus artigos na nossa revista eletrônica. E esta revista atual foi idealizada no ano de 2016, agora sob a responsabilidade do editor-chefe, Doutor Richard Pae Kim, e teve seu primeiro volume publicado em 2017. Esse é um fruto do seu trabalho, Doutor Richard. Meus parabéns. Eu peço uma salva de palmas ao Doutor Richard. Reconheço que sem o seu imprescindível esforço nada disso aconteceria. Então, fica já registrado publicamente meu agradecimento. Com isso, lá se vão nove anos consecutivos de trabalho dedicado a fomentar a produção e a expansão do conhecimento na área do direito constitucional, eleitoral, partidário e também da ciência política. A revista oferece um espaço para a análise e para o debate sobre temas relevantes para a Justiça Eleitoral, enquanto instituição, e sobre o direito aqui praticado. Ela permite o registro e a difusão da pesquisa e do pensamento crítico de uma gama diversa de autores. Temos nesta edição, como costuma dizer o Juiz Rogério Cury, ‘neste caso’, nós temos contribuições que vão desde as autoridades experimentadas do Tribunal Superior Eleitoral, como o nosso querido Ministro Benedito Gonçalves e o Ministro Tarésio Vieira de Carvalho Neto, e desta Casa, como presente aqui, o Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, Presidente desta Casa no biênio 2020-2021, e também a Desembargadora Claudia Fanucchi, também aqui, com muita

honra, presente, nossa futura Presidente num tempo não muito distante. Participam também o membro atual desta Casa e também reconhecido estudioso das questões de propaganda eleitoral, que é o Juiz Diogo Rais, está escondidinho aqui atrás de mim, o Juiz Diogo Rais e a sua orientanda, a Senhora Beatriz Sampaio. Temos ainda as contribuições de jovens pesquisadores, alunos do Professor Paolo Ricci, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São eles, Carolina Bonini, Clarissa de Paulo, Danielle Marton, Ester Carvalho da Silva e Nathan D'Agostino, no primeiro artigo, e o segundo artigo de autoria de Geovânio Monteiro, João Victor Souza, Sofia Correia, Caio Henrique Santos Silva e Gabriel Brochado. Ambos apresentam estudos sobre uma época pouco explorada no ambiente acadêmico, que é o período de 1933 a 1936. Outros autores mostram que o interesse pela pesquisa perpassa todas as carreiras, como a magistratura, com Abhner Arabi, Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal; a advocacia, com o Doutor Rogério Khamis; a administração pública, com Pedro Tadeo Rocha; e o próprio corpo de servidores desta Casa, nesta edição representado por Guilherme Terra Carnio e Nísia Pudwell. Expresso, portanto, já fiz e repito, o agradecimento ao Doutor Richard Pae Kim, coordenador pedagógico da EJEP e editor-chefe da REDESP, que vem conduzindo com notável excelência intelectual, não só a publicação ao longo desses anos, mas também o curso de pós-graduação, garantindo que o TRE de São Paulo seja uma referência também na produção acadêmica, na pesquisa científica e na capacitação de novos profissionais do direito eleitoral. Também não posso deixar de agradecer a colaboração da diretora-executiva da Escola, Doutora Fernanda Simões Colombini, que, por acaso, é minha Assessora da Presidência, mas também a diretora-executiva. A nossa Vanessa, que me pegou de surpresa, Vanessa Diniz. Sabia que ia ter alguma coisa, mas não sabia dessa extensão, meus parabéns. Então, mais uma vez, eu peço agora uma salva de palmas para a revista eletrônica."

Após, o Senhor Desembargador Encinas Manfré pediu a palavra e anunciou ser a presente sessão a última presidida pelo Senhor Desembargador Silmar Fernandes, e por esta razão, proferiu a seguinte oração, em nome do Tribunal: "Mais uma vez, muito obrigado, Senhor Presidente. É com satisfação que eu presto esta homenagem ao Desembargador Silmar Fernandes e à minha fala estão associados os dignos membros da Corte, Senhor Presidente, homenagem a Vossa Excelência que preside o Tribunal Regional Eleitoral no biênio 2024-2025, um período marcado por intenso serviço e aprimoramento institucional, sempre com elevado compromisso com a Justiça Eleitoral. Sob a liderança de Vossa Excelência, esta Corte viveu também um ciclo de produtividade exemplar. Permitam-me, foram 14.417 decisões proferidas pelos membros do Tribunal, das quais 8.670 colegiadas e 5.755 monocráticas, além de 1.120 recursos especiais apreciados pela Presidência. Esses números revelam não apenas volume, sobretudo eficiência, organização e respeito ao tempo do jurisdicionado, valores que sempre nortearam a atuação de nosso digno Presidente. Na condução das sessões do colegiado, 253 entre os da pauta ordinária, os da pauta administrativa e solenes, o Presidente Desembargador Silmar demonstrou a precisão jurídica e a habilidade de liderança que se espera de quem tenha no Tribunal não somente o senso, o respeito à instituição, mas o da missão. Ainda com brevidade, que seria imenso o que mereceria ser afirmado, Senhor Presidente, o destaque ao conjunto de inovações estruturantes implantadas nesse biênio. Dentre elas, por iniciativa e sob a coordenação de Vossa Excelência, o Tribunal aprovou a Resolução nº 635/2024, inaugurando as sessões virtuais, assim modernizando nosso fluxo de julgamento e garantindo ainda mais celeridade e acessibilidade aos processos. Igualmente relevante, a adoção do SisAntena, autorizada pela Resolução nº 655/2024, que trouxe padronização e eficiência à análise dos pedidos de veiculação de propaganda partidária. São avanços que deixam marca, fortalecem a segurança e projetam um Tribunal mais moderno para os próximos anos. No âmbito das eleições, senhoras e senhores, nosso dirigente da Casa conduziu com firmeza e responsabilidade, também, quatro retotalizações eleitorais referentes ao pleito de 2022. Todas, e agora me dirijo também especificamente a Vossa Excelência, Doutor Silmar Fernandes, todas encaminhadas e examinadas pelo Plenário com absoluto rigor técnico. Em um país que confia, e deve confiar, na lisura de seu sistema eleitoral, a atuação do Presidente da Corte em temas tão sensíveis reforçou e reforça a credibilidade e o compromisso da instituição com a legalidade

e a transparência. Além dos números, há outra realidade que, muitas vezes, não cabe em relatórios. O modelo humano e institucional que Vossa Excelência deixa para apreciação e orientação aos seus posteriores aos seus postos, Doutor Silmar. O exemplo de um gestor que valorizou o diálogo, respeitou e estimulou o trabalho dos servidores, confiou na capacidade técnica das equipes e, reitero, conduziu esta Casa com firmeza e, acrescento, humanidade e espírito público. É o que se exige de todos nós e mais um exemplo que Vossa Excelência nos deixa. Por isso, esta homenagem é mais que um reconhecimento formal, é uma expressão de agradecimento, também. Gratidão pela dedicação, pelo legado de modernização, pela postura ética e pela serenidade que marcaram o mandato de Vossa Excelência, Doutor Silmar. A Justiça Eleitoral de São Paulo se fortalece quando homens públicos, como Vossa Excelência, assumem a responsabilidade de conduzi-la. Que a sua trajetória continue inspirando, dentro e fora do Judiciário, o compromisso com a democracia, com a verdade dos votos e com o serviço público de excelência. O meu respeito, minha admiração e agradecimentos. Parabéns ao Desembargador Silmar Fernandes."

À saudação, aderiram expressamente os Senhores Desembargadores Roberto Maia e Mairan Maia Júnior, as Senhoras Juízas Cláudia Bedotti e Danyelle Galvão e os Senhores Juízes Regis de Castilho, Claudio Langroiva Pereira e Rogério Cury.

Na sequência, fez uso da palavra o Doutor Hélio Freitas de Carvalho da Silveira, membro do Conselho da Escola Judiciária Eleitoral Paulista e Presidente da Comissão de Defesa da Democracia e do Estado de Direito da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, que se manifestou nos seguintes termos: "Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Presidentes, estamos aqui nesta sala repleta de amigos. Parece que chove lá fora. Muitas autoridades, que eu não vou nominá-las todas, mas pessoas muito queridas, pessoas que constroem a Justiça Eleitoral. Pessoas que contribuíram, que vão contribuir. Servidores, autoridades militares, advogados, magistrados, presidentes, juízes, Escola Judiciária Eleitoral, os Procuradores, os membros do Ministério Público. Enfim, um grupo que se reúne nesta pequena sala para homenageá-lo. E ocupo aqui a tribuna em nome dos advogados. E eu peço licença para ler aqui uma mensagem em nome da advocacia paulista. O dia 16 de dezembro marca, no calendário deste Tribunal, o fechamento de um ciclo virtuoso. Hoje, a advocacia paulista sobe a esta tribuna não para formular um pedido, uma defesa, nem para sustentar um caso, mas para registrar um agradecimento. Um agradecimento à trajetória de um magistrado que compreendeu, na essência, o peso e a responsabilidade de ser um juiz eleitoral em tempos de transformação. Acompanhamos a trajetória de Vossa Excelência nesta Corte, desde a atuação como Juiz efetivo até a chegada à Presidência. E faço um breve parêntesis: eu fui o advogado escolhido em fevereiro de 2016 para fazer a despedida de Vossa Excelência e retorno novamente aqui. Acho que dei sorte e espero que continue dando. Mas é impossível traçar este perfil sem revisitar dois momentos cruciais da nossa história recente, onde a sua liderança foi testada e aprovada com louvor. Primeiro, recordamos a sua atuação como Corregedor Regional Eleitoral nas Eleições Gerais de 2022. A história há de registrar que aquele não foi um pleito comum. Foi um momento em que a integridade do processo de votação eletrônica foi colocada em xeque por discursos, ataques, questionamentos, que desafiavam a própria estabilidade institucional. Naquele cenário de incertezas, a Corregedoria Eleitoral Paulista, sob sua condução, e a Presidência, sob condução do Desembargador Paulo Galizia, não hesitaram. Houve um cuidado hercúleo para garantir não apenas a transparência técnica, mas a percepção pública dessa transparência. A defesa da urna eletrônica não foi um ato corporativista, mas um ato de defesa da própria soberania popular. A advocacia testemunhou a firmeza de um magistrado que sabia que garantir o voto era garantir a própria democracia. O tempo passou e o desafio mudou de face. Ao assumir a Presidência deste Tribunal, Vossa Excelência conduziu as Eleições Municipais de 2024. Se em 2022 o desafio era a desconfiança no sistema, em 2024 enfrentamos a explosão do acirramento das disputas políticas, a contundência dos debates e, sobretudo, o desafio das novas mídias. Vimos, especialmente aqui na capital paulista, campanhas que transbordaram para as redes sociais, muitas vezes caminhando na linha tênue - e por vezes ultrapassando a margem - da legislação. A disputa

digital foi tão barulhenta quanto as ruas. Exigiu-se da presidência uma ‘engenharia jurídica’ sofisticada: uma ponderação muito fina e precisa. Era necessário coibir o abuso e a desinformação sem, contudo, amordaçar o livre debate político. E o Desembargador Silmar Fernandes conduziu este barco com mão firme e efetiva. Soube ser rigoroso quando a lei exigia e prudente quando o momento pedia cautela. Dois destaques, então, a sua atuação como Corregedor e a sua atuação como Presidente. Mas, para além dos grandes julgamentos e das crises geridas, a advocacia precisa destacar um traço indelével da sua personalidade: o bom humor ou a leveza. Quem milita nesta Corte sabe que a pauta eleitoral é exaustiva. Até hoje nós tivemos um julgamento bastante intenso para um dia de despedida. São centenas de processos, prazos exíguos e tensões políticas. Ainda assim, Vossa Excelênciasempre tentou imprimir o bom humor na condução dos trabalhos. Essa leveza não é descuido, nos parece que é sabedoria. É a inteligência de quem sabe que a justiça se faz com serenidade, e que um ambiente de trabalho humanizado produz decisões melhores. O seu humor, muitas vezes, foi o ‘respiro’ necessário em tardes longas de julgamento, permitindo que nós, advogados, e Vossas Excelências, magistrados, suportássemos o peso da responsabilidade com mais fidalguia. Gostaria de encerrar com uma breve reflexão sobre a passagem do tempo. Muitas vezes, olhamos para o fim de um mandato com nostalgia. Mas há outra forma de ver. Vamos cumprindo nossas atribuições e vencendo os desafios que nos impusemos ao longo da vida. Todos nós estamos aqui de passagem, Senhor Presidente. Ao fazer isso, conseguimos apresentar a nossa contribuição para algo maior que nós mesmos. A justiça e a democracia não são monumentos estáticos, prontos e acabados. Ambas são obras em constante desenvolvimento - o senhor falou da revista - frutos da experiência humana, tijolo por tijolo, um desenho mágico, poderia aqui dizer, como diria o Doutor Roberto Maia. Vossa Excelênciainnestes anos de Justiça Eleitoral, assentou tijolos fundamentais nesta construção. A democracia brasileira é, hoje, um pouco mais forte porque contou com o seu trabalho. Desejamos ao Desembargador Silmar Fernandes que o retorno à dedicação exclusiva ao Tribunal de Justiça, ou os caminhos que o futuro lhe reservar em outros tribunais, sejam marcados pelo mesmo êxito. Que sua carreira continue profícua, iluminada por esse brilho que concilia a técnica do jurista com a alma de alguém que está verdadeiramente a serviço do povo brasileiro, que acredita na justiça e na democracia. A advocacia agradece, aplaude e deseja: muito sucesso e um até breve. Muito obrigado.”

Dando prosseguimento, o Doutor Paulo Taubemblatt assim discursou, em nome da Procuradoria Regional Eleitoral: "Desembargador Encinas Manfré, obrigado pela concessão da palavra. Quero me dirigir ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, Desembargador Silmar Fernandes na sua despedida. Demais membros da Corte, eu vou me permitir nominar cada um hoje: Doutor Rogério Cury, Doutora Cláudia Bedotti, Doutor Roberto Maia, Desembargador Encinas Manfré, Juiz Claudio Langroiva, Juíza Danyelle Galvão, Juiz Regis de Castilho, Desembargador Mairan Maia. Quero cumprimentar a gente com quem tive a felicidade de trabalhar aqui, Presidente Waldir Nuevo Campos, que eu sempre digo, me recebeu aqui com profunda gentileza, com profunda aceitação e eu sou sempre grato. Vi aqui hoje, para minha alegria, a gente compartilhou de tantas sessões, o Desembargador Marcelo Vieira de Campos, o Desembargador Mauricio Fiorito, o Desembargador Afonso Celso da Silva, que está ao lado do Mauricio. Compartilhamos de tantas sessões e foi a equipe que me recebeu aqui. Eu que vim parar aqui mais por amizade e agora já estou no ponto, Presidente, de me explicar porque eu não vou embora, mas o tempo vai passando e eu vou ficando e eu que cheguei por acaso. Mas enfim, convivi com Vossas Excelências e foi sempre uma alegria. Quero também mencionar aqui a presença da Desembargadora Claudia Fanucchi, como bem lembrado pelo Presidente Silmar, será a primeira Presidente mulher efetiva da Casa, motivo de orgulho, de honra, estar convivendo com Vossa Excelênci. Desembargador Nino Toldo, aqui presente, a Juíza Domitila Manssur, o Diretor da Escola e da Revista, Richard Kim, toda a equipe da Revista, cujo trabalho foi tão bem apresentado aqui pelos Desembargadores Silmar e Manfré, Doutor Patiño Zorz, a gente recebe aqui os recursos, naturalmente, em todo caso eleitoral haverá recurso, mas cuja atuação foi tão destacada e de tanta competência. Além de dimensionar a presença de Vossa Excelênci aqui,

queria, de público, parabenizar pela condução de uma eleição tão difícil quanto foi a eleição do Município de São Paulo em 2024. A advocacia. Doutor Hélio, Vossa Excelência representa a advocacia como poucos advogados conheci. É uma referência. É sempre uma honra palestrar de alguma maneira depois da sua fala. Aos servidores do Tribunal, mais um ciclo se completa. Queria agradecer mais uma vez a todos. Hoje estão aqui o Ricardo, o Luciano, a Sandra, o Doutor Claudio. Foi um prazer conviver com os Senhores. Estou vendo aqui também a Doutora Fernanda Colombini, também quero mencionar, porque acho que está acabando um período tão difícil, não é, Doutora Fernanda? Parabenizo a Senhora também. Vossa Excelência merece destaque nessa despedida do Desembargador Presidente Silmar. O Desembargador Silmar Fernandes presidiu o TRE do Estado de São Paulo no último biênio e conduziu a passo firme as eleições municipais de 2024, mais de seis centenas de disputas, onde em cada município, cada qual com suas peculiaridades, se lançou a sorte das comunidades pelos quatro anos vindouros. O contexto não foi simples, a nova ordem política, social e tecnológica tem imposto ao Poder Judiciário, dentre outros desafios, que contemple os crescentes abusos praticados através de veículos de comunicação social, do avanço da criminalidade organizada sobre os espaços de soberania popular e a disruptão que uma nova forma de fazer política gera ao provocar os limites da tolerância dos operadores do Direito. Por ocasião da posse solene, Desembargador Silmar, há dois anos, afirmei que a sólida trajetória conduzia o Desembargador Silmar com segurança a ocupar a Presidência. Homem franco, transparente, não infirmou durante seu mandato as expectativas que nele se depositavam. Posso testemunhar, com segurança, que neste biênio, lustrou e aperfeiçoou uma já admirável biografia o Desembargador Silmar. E afirmo, sob a minha estreita perspectiva pessoal, no que tange ao exercício profissional, e às atribuições constitucionais do Ministério Público, que Vossa Excelência sempre, e não sou capaz de mencionar exceção, exerceu a presidência de forma a prestigiar as prerrogativas que me incumbem defender. A condução firme e o posicionamento seguro diante dos obstáculos fizeram com que todos os atores envolvidos no processo eleitoral jamais temessem qualquer sinal que pudesse levar a perturbação, qualquer forma de perturbação, às incontáveis disputas, que seriam, pela via do voto, resolvidas pelos cidadãos do Estado de São Paulo. E aqui eu queria dizer que a função última do Presidente do TRE é conduzir uma eleição, pode ser eleição geral, pode ser municipal, cada qual com suas peculiaridades, suas dificuldades próprias, mas um Desembargador Presidente desta Casa tem que chegar ao fim do mandato dele e dizer: 'eu fiz a minha eleição e ali correu tudo bem'. E é uma glória e é uma virtude que cada Presidente que tem passado por essa Corte, Vossa Excelência não foi de maneira alguma uma exceção, tem conduzido da forma mais competente possível. Aqui neste TRE, eu já brinquei com isso, o tempo nos desafia, corre inclemente, brincando com as tensões, fazendo troça com os desejos de permanência e perpetuação, irônico ao poder que se obtém e se perde à luz dos incertos humores populares, cego para as pequenas ambições e indiferente, quando instado a ser domado e controlado. Esse 'senhor tão misterioso', já que Doutor Hélio parafraseou Chico Buarque de Holanda, eu vou parafrasear o companheiro de caminhada dele, Caetano Veloso, esse 'senhor tão bonito, quanto a cara do meu filho', metáfora de travessias, personifica a mudança, os desafios, o desconhecido. O destino há de ser generoso na sequência de vossa jornada, Desembargador Silmar, e, neste pequeno interlúdio, o Ministério Público, instituição que honrosamente represento neste dia, lhe deseja que seja feliz nos futuros desafios, pessoais e profissionais. Muito obrigado e boa sorte."

Finalizando, o Senhor Desembargador Presidente proferiu as seguintes palavras: "Eu tomei posse nesta Corte ostentando a Honraria do Mérito Eleitoral e vou sair com essa mesma honraria. Senhoras e senhores, colegas de jornada, amigas e amigos, ao chegar neste momento, eu percebo que nenhuma preparação é suficiente para amenizar a intensidade de uma despedida. Encerrar uma gestão é, ao mesmo tempo, um ato de conclusão e de gratidão. E é nesse espírito que hoje me dirijo a todas as senhoras e senhores. Não é só o Juiz Regis que faz vista grossa da resolução CNJ da linguagem simples, porque lá já foi dito que uma vez que a nominata já foi feita, seria desnecessário repeti-la. Mas eu não posso deixar de fazer porque eu tenho amigos aqui, esses amigos que estão aqui presentes. Tirando os membros titulares da Corte, que são obrigados a estar presentes porque é uma sessão, os

demais estão aqui de forma voluntária, então merecem ser considerados e nominados, porque é um gesto de carinho. Os membros da Corte eu vou pular porque, como eu já disse, apesar de amigos queridos, estavam aqui por uma sessão regimental. Então, vou cumprimentar novamente todos os membros da Corte, na pessoa do futuro Presidente, hoje ainda Desembargador Vice-Presidente, José Antonio Encinas Manfré. Então, mais uma vez, eu cumprimento todos os membros da Corte na sua pessoa. Doutor Paulo Taubemblatt, muito grato por suas palavras. Vossa Excelência disse agora há pouco que não sabe porque está aqui. Está aqui pela sua competência, isso é óbvio. Disse que vai ficando, vai ficando. Só ficam os bons. E Vossa Excelência é um deles e vai continuar. Eu saio. Vossa Excelência, para a alegria da Corte, continua. Parabéns. Roberto Maia, amigo, tentou me fazer chorar, mas não conseguiu. Claudia Fonseca. Desembargador Nino Oliveira Toldo, voluntariamente aqui. Então, minha alegria por tê-lo aqui presente. A Doutora Claudia Fanucchi, da mesma forma, vai ser a primeira mulher Presidente desta Corte, está chegando, está se aproximando. Juíza Maria Domitila Prado Manssur, família Manssur que eu conheço desde que ingressei na carreira, é uma família de juristas, conheço a família, é uma honra tê-la aqui presente. Juiz Diogo Rais, muito obrigado pela sua presença aqui, meu colega de Mackenzie, ilustrado professor e hoje substituto aqui na nossa Corte. Juíza Danyelle Galvão, também não vou falar, porque você está convocada, tinha que estar aqui hoje. Não, brincadeira, Danyelle, muito obrigado pelas suas palavras carinhosas. Desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, não vou olhar senão vou ficar emocionado. O Waldir e eu temos uma trajetória muito semelhante. Eu, substituto, isso lá se vai no ano de 1988. Março de 1988, tomei posse na magistratura e fui para Guarulhos. Aí fiquei assustado com a engrenagem. O diretor do fórum falou: 'Olha, você vai assumir uma vara ali, está tranquilo'. Já contei essa história e vou repetir. Cheguei, sentei lá, e tinha a sala de audiência e um banheiro privativo. Ingressei no banheiro privativo, lotado de processos de ponta a ponta até o teto. 'Que coisa é essa?' Eu, 25 anos de idade, nem tinha completado os 25. Tinha ouvido, na escola, naquela escola da época, não era que nem hoje, a gente ficava um dia na escola ou dois, e depois já ia para os 'leões'. Ah, aí um juiz mais antigo falou: 'Chegando na comarca, você já chama logo o diretor e mostra quem manda, porque, senão...'. Chamei o diretor: 'sobe aqui na minha sala, por favor. Senhor diretor, desde quando o banheiro privativo de juiz virou arquivo? Se o senhor não tem espaço no seu cartório, o problema é seu. O senhor tem dez minutos para tirar esse monte de processo aqui do arquivo e resolver o seu problema.' Ficou olhando. 'Sim, senhor. Sim, senhor.' Aí com uma risadinha nos lábios: 'Excelência, isso não é arquivo.' 'Ué, se não é arquivo, o que que é isso?' 'Processos para Vossa Excelência sentenciar'. Quase que eu caí duro, saí correndo, fui lá falar com o diretor do fórum. O diretor do fórum: 'Não, calma, é assim mesmo, pede uma certidão daquilo que está atrasado. É por isso que o juiz está afastado pela corregedoria. Então, o seu problema é daqui para frente, não daqui para trás'. Aí ele falou: 'Mas já que você está nervoso, eu vou arrumar para você uma vara criminal para você trabalhar'. E aí eu comecei. O Doutor Waldir era titular da segunda criminal. E aí eu fui ser auxiliar do Doutor Waldir e aí comecei a pegar aquilo que se diz de 'embocadura' do juiz. E, daí para frente, a nossa amizade perdurou, e eu fui seguindo ele passo a passo em tantas coisas que nós temos em comum. Viemos para o Tribunal, fomos juízes desta Corte, Desembargadores Presidentes desta Corte, Presidentes do Colégio de Corregedores. Ah, eu lhe superei numa coisa, eu fui Presidente do Colégio de Presidentes. Mas hoje temos uma outra coisa em comum, Presidente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais. Só não tenho o órgão especial, ainda, talvez. Waldir, uma honra tê-lo aqui. E, esqueci o principal, corintiano. Desembargador Afonso Celso da Silva, também meu colega da época da Uniban, dávamos aula lado a lado, é uma honra tê-lo aqui, Desembargador Afonso, corintiano também, não é isso? Eu fiquei na dúvida por um momento. Mauricio Fiorito, com esse nome, Fiorito, só pode ser palmeirense. Então, mas de qualquer maneira, colega também, amigo de, assim como o Maia, mais de 35 anos, uma honra tê-lo aqui, Mauricio. Richard Pae Kim, nosso coordenador da Escola. Eu já o elogiei, já o agradeci. Entendo, sinta-se mais uma vez cumprimentado, elogiado. Doutora Fernanda vou deixar por último. Renato de Andrade Siqueira, Juiz Assessor da Corregedoria, jovem, brilhante e vai ter uma tarefa agora boa, assessorar o Presidente, futuro Presidente, e desejo-lhe boa sorte, vai ver que

não é brincadeira. Juiz da 1ª Zona Eleitoral, Doutor Antonio Maria Patiño Zorz, que os mais amigos chamam de Pato. Então, prazer tê-lo aqui, obrigado por ter continuado na 1ª Zona, fizemos um trabalho muito bom, agradeço pela sua confiança, muito obrigado. Doutor Alexandre Andretta dos Santos, ingressará em breve aqui como juiz assessor, já fica aqui um abraço. Doutor Claudio Cristiano Abreu Corrêa, meu Diretor-Geral. Todo final de tarde, a hora que eu pensava em ir embora, o Claudio queria despachar. 'Olha isso aqui, Presidente', ele explicava. E eu querendo ir. Aí eu comecei a entender porque que o Galizia, quando chegava cinco horas, ele se mandava, era para escapar dele. Galizia, cinco horas da tarde já não estava mais. Agora eu fico aqui até às oito, ele aproveita e fica lá despachando. Obrigado. Doutor Hélio falou em 2012, foi em 2012 ou 2013, acho que eu tomei posse aqui em 2013, mas me deu sorte, tanto na posse como juiz e na posse como desembargador. Na verdade, alguém falou dez anos, foram onze anos. Foram três anos como juiz da Corte e oito como desembargador. Começando em 2018 como desembargador, seguindo os oito anos, quatro de suplência e quatro como titular. E Doutor Hélio, um amigo querido, sempre aqui presente, assistindo todas as sessões. Para não dizer todas, noventa e nove por cento. Doutor Ricardo Vita Porto sempre tem uma história para contar de mim, hoje não vai contar nenhuma porque ele não foi para a tribuna. Ele sempre tem uma história para contar. Ele vai lembrar lá da época que eu vim aqui trazer votos. Você não contou, então conto eu. Conheci esta Corte quando, em Carapicuíba, eu era juiz eleitoral, ainda na época da cédula escrita. Aí uma turma tentou invadir o colégio por causa do candidato que estava perdendo as eleições. Eu não tinha nenhuma segurança. O comandante da PM chegou para mim e falou: 'Doutor, não tenho a mínima condição de segurar essa turma que quer invadir o ginásio'. Encerrei as turmas, peguei os malotes de votos e vim parar aqui no Tribunal. Não é isso? Você lembra dessa história? Era o Doutor Fernando Rodrigues que era o Diretor. Toquei interfone e tal. 'Olha, tem um juiz maluco que vem contar voto aqui.' E de fato ele atendeu e tal. E eu subi, fiquei, pedi ajuda para uns três, quatro funcionários e fiquei contando os votos aqui no Tribunal. E aí eu peguei o carinho, o amor aqui pelo Tribunal. Enfim, Doutor Vita Porto, grato pela sua atenção ao longo de todos esses anos, nosso Presidente da Comissão de Direito Eleitoral. Então, estou indo. O Presidente da Comissão fica, Doutor Hélio fica, todos ficam. E a Doutora Fernanda Simões Colombini. Não, não vou falar, deixa para o final. Ao chegar neste momento, como eu disse, eu percebo que nenhuma preparação é suficiente para amenizar a intensidade de uma despedida. Encerrar uma gestão é, ao mesmo tempo, um ato de conclusão e de gratidão. E é nesse espírito que hoje eu me dirijo a todas as senhoras e senhores. Assumi a presidência deste Tribunal Regional Eleitoral com o firme propósito de honrar a confiança em mim depositada pelos meus pares no dia 8 de março de 2016, quando eu fui eleito pelos meus pares desembargadores para vir para esta Corte. Então, eu assumi, com responsabilidade e humildade, para o fortalecimento da Justiça Eleitoral paulista. Não sei se consegui, mas essa era a minha intenção. Trago comigo a convicção de que entrego um Tribunal ainda mais preparado, mais transparente e mais próximo da sociedade. Pode ser pretensão minha, mas eu, como eu disse, trago essa impressão pessoal. Finalizando a gestão, não poderia deixar de trazer à colação um registro administrativo fruto do trabalho incansável de magistrados, servidores e colaboradores que fazem da Justiça Eleitoral Paulista um exemplo de eficiência e cidadania. O período foi marcado pela realização das eleições municipais de 2024, um desafio logístico de proporções continentais. Gerir o maior colégio eleitoral do país com mais de 34 milhões de eleitores, exigiu planejamento rigoroso e dedicação extrema. O resultado foi um pleito célere e seguro. A agilidade na totalização dos votos e a tranquilidade observada nas seções eleitorais reafirmaram a confiança da população na urna eletrônica e no sistema democrático. E quando eu digo que a eleição municipal de 2004 foi agitada, foi mesmo. Patiño que o diga. Nós tivemos de tudo, tivemos cadeirada, tivemos soco, tivemos massificação na propaganda via internet, enfim, nos deu mais trabalho a capital do que todo o interior reunido. Mas, como eu brinco nas reuniões sociais, sobrevivi, sobrevivemos, a Corte toda. A democracia exige vigilância constante. Enfrentamos com firmeza o desafio da desinformação e do uso indevido da inteligência artificial. Atuamos preventivamente por meio de parcerias estratégicas com plataformas digitais e campanhas educativas, e repressivamente, quando necessário, para garantir que a liberdade de escolha do eleitor não fosse contaminada por falsas notícias. O

lançamento do documentário e exposição sobre a segurança da urna reforçou o nosso compromisso com a verdade. Permito-me destacar que esta gestão também se pautou por um olhar humano e inclusivo, através de ações das quais fiz questão de participar pessoal e ativamente. O 'Programa de Inclusão Político-Eleitoral' rompeu barreiras geográficas e sociais, levando a urna e a cidadania às comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras em locais de difícil acesso. Iniciativa que nos honrou com o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça. Avançamos na acessibilidade, garantindo atendimento em Libras, em todo o estado e, na equidade, com a adesão à Rede Equidade e o combate a todas as formas de assédio e discriminação. Internamente, buscamos a modernização e a valorização de nossa força de trabalho. Investimos em tecnologia de ponta, com a renovação do parque computacional e a implementação de ferramentas de inteligência artificial para otimizar rotinas. O Projeto de Assunção de Cartórios Eleitorais, que não começou na minha gestão, mas tive a honra de prosseguir entregando instalações mais dignas e padronizadas no interior, custeadas pela própria Justiça Eleitoral. Senhor Diretor, quantas nós inauguramos no interior? Dezessete na minha gestão. E prepare-se, Doutor Encinas Manfré, Vossa Excelência vai continuar esse trabalho, assim espero, e vai inaugurar muitas outras, em que a gente retira do prefeito a obrigação de cuidar dos cartórios eleitorais, nós cortamos esse cordão umbilical e passamos a assumir com recursos próprios as zonas eleitorais. É um trabalho de fôlego paulatino, que vai continuar, continuará na sua gestão, continuará na gestão do Doutor Maia, continuará na gestão da Doutora Cláudia, com certeza isso. Esse projeto é salutar e teremos um longo prazo para realizá-lo. Reafirmamos nosso compromisso com o futuro, através da sustentabilidade, com destaque para o projeto da usina fotovoltaica e a conquista do Prêmio Juízo Verde. Usina fotovoltaica, estamos no início, mas Vossa Excelência é quem vai inaugurar essa usina fotovoltaica. Só espero que eu seja convidado para estar lá, presente, no dia da inauguração. Tudo isso sem contar as importantes inovações introduzidas no âmbito jurisdicional, que contribuíram e muito para a transparência e agilização dos julgamentos. Falo, por exemplo, das sessões virtuais, que já foram destacadas aqui pelo Vice-Presidente, dos cartórios virtuais, que hoje são responsáveis por prestar apoio remoto na tramitação processual de zonas eleitorais selecionadas, conforme a demanda e o acúmulo de trabalho registrados, e do juiz das garantias, também conseguimos implementar o juiz das garantias. Não poderia também deixar de mencionar a implementação da padronização das ementas em acórdãos. Também conseguimos realizar isso. Em meu biênio como Presidente, embora já tenha sido dito até números que eu anotei porque eu mesmo desconhecia, foram realizadas 198 sessões de julgamento, envolvendo alguns casos de grande repercussão midiática. Com muita honra, também já disse, eu assumi a Presidência do Colégio de Presidentes de TREs e, atualmente sou Presidente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciais Eleitorais. Nesse período, eu recebi inúmeras medalhas e comendas ao longo desta gestão, como por exemplo a de ontem, que muito me honrou, que eu recebi a mais alta distinção outorgada pela Polícia Militar do Estado, que é a Medalha Brigadeiro Tobias de Aguiar. Então, tive o prazer de receber essa honraria ontem, numa sessão lá na Academia do Barro Branco, essa honra outorgada pela Polícia Militar. Mas, apesar de todas elas, a que mais me causou especial comoção foi representar o TRE na cerimônia em que fomos agraciados, agora no último dia 10 de dezembro, com o Selo de Qualidade Eleitoral do TSE, na categoria diamante, a máxima, ou seja, tal categoria foi alçada somente por três tribunais regionais eleitorais, incluindo o nosso. Então, coroando de forma indelével o final de meu biênio na presidência. Como eu brinquei com alguns, estou fechando o meu ciclo, não com chave de ouro, mas com chave de diamante. Acima de resultados e números, esse período ficará marcado por lembranças e aprendizados. Levo comigo cada gesto de parceria, cada debate intenso, cada desafio enfrentado com serenidade e coragem. Afinal, nenhuma conquista é individual. E tudo que realizamos, meu caro Diretor-Geral, foi fruto de uma construção coletiva tecida pela dedicação de magistrados, magistradas, servidores, colaboradores e colaboradoras, que com competência e espírito público sustentam diariamente a missão desta Casa. Quero agradecer a cada um dos senhores pela paciência, pela disposição em inovar, pela força que demonstram nos momentos de tensão e pela leveza que trouxeram aos dias mais difíceis. Obrigado por nunca me deixarem caminhar

sozinho. Agradeço também às instituições parceiras, cuja colaboração foi essencial para garantir eleições seguras, acessíveis e confiáveis. Em tempos de desafios à democracia, a união de esforços se torna não apenas estratégica, mas indispensável. Quero agradecer a minha família também, que suportou as ausências, compreendeu os silêncios e me acolheu com amor incondicional, a quem eu deixo a minha gratidão mais profunda. Quero agradecer ao meu gabinete. Eu vejo vários secretários aqui presentes, aqueles que eu depositei confiança e estiveram ao meu lado, ao lado da Diretoria-Geral durante todo esse período. Mas, para não cometer falhas, eu não sei quantos estão... Eu vejo o Daniel, vejo a Paulinha, enfim, eu, para não cometer nenhum deslize, eu cumprimento e agradeço a todos os secretários na pessoa do Diretor-Geral. Mas, no meu gabinete, que me aguentou durante dois anos - Corregedoria já não vou citar, porque já nem se lembram mais de mim, já faz tanto tempo - mas, no Gabinete da Presidência, a Secretária Denise Lira de Campos, obrigado. Chefe de Gabinete, Thaís Tirolli Dorta, muito obrigado. Silvio César Teixeira, Ana Cristina Saraiva de Carvalho, Ana Carolina Thomazini Neves Stanzani, Gláucia Faria Berg, Vanessa Gomes e Gilmar Leal, muito obrigado a todos. Escola Judiciária, a Vanessa Diniz, obrigado, Vanessa. Cerimonial, Marina Fernández, muito obrigado, Marina. Preciso agradecer ao meu corpo da Polícia Militar, que é sempre muito atencioso. Agradecer pessoalmente o Major PM Jorge Jacubiski Júnior, Capitão PM Morota, Subtenente Giaccon, Primeiro-Sargento Márcio Takamura, Cabo PM Flávio, Cabo PM Luís Fernando Santos, Cabo PM Rafael Vieira, Cabo Fábio Canuti, Cabo Sis, Cabo Fernando Lopes, Cabo Leonardo de Aquino Vaz, Soldado PM José Carlos Simões de Oliveira Coelho, a todos que estavam dia a dia ao meu lado, meu muito obrigado. Agradecer aos garçons, Senhor Roberto Caetano da Silva, Senhor Henrique Andrade, Senhor João Gomes, que apesar dos prognósticos em contrário, até hoje me levaram café quente. As ascensoristas, a Rejane Ferraz, a Dona Onésia Muniz e a Maria Aparecida dos Santos. A Dona Avenilda Santana, que fazia a limpeza sempre ali de área, o controlador de som aqui, o Bruno Silva, o Diretor-Geral já agradeci, mas volto a agradecer o Diretor-Geral. E, como eu disse, meu braço direito, Doutora Fernanda Mendes Simões Colombini. Pula a Fernanda. Obrigado, Fernanda. Bom, enfim, hoje eu me despeço da presidência, mas não do compromisso com a Justiça Eleitoral. Continuo como parte desta instituição que honro e admiro. E sigo convicto de que o TRE de São Paulo, com seu corpo técnico e a sua liderança, continuará sendo referência de integridade, eficiência e humanidade. O TRE de São Paulo segue forte, inovador e, acima de tudo, a serviço da soberania popular. Hoje me despeço com uma certeza: a democracia é uma obra inacabada, construída diariamente por mãos firmes, corações generosos e mentes abertas. Aqui reencontrei todos esses elementos e por isso saio com o coração pleno, sereno e orgulhoso, notadamente porque este Tribunal não poderia ficar em melhores mãos, tendo como futuro Presidente o Desembargador Encinas Manfré e como Corregedor o Desembargador Roberto Maia. O Tribunal estará em boas mãos, tenho certeza absoluta. Hoje me despeço, expressando minha gratidão pela oportunidade de fazer parte da memória desta Corte. Cícero ensinava que 'a gratidão não é apenas a maior das virtudes, mas a mãe de todas as outras'. Agradecer, nessa visão, é reconhecer o valor das jornadas compartilhadas, das responsabilidades assumidas em conjunto e do compromisso que nos une no fortalecimento da Justiça Eleitoral. Antes de finalizar, além do bolão para saber se eu ia chorar ou não, sei que há um bolão da Doutora Decana para saber se eu ia cantar alguma musiquinha ou não, não é? Não vou cantar nenhuma musiquinha. Cantei musiquinha das duas posses, mas, na despedida, não. Mas para não dizer que não falei das flores, eu vou dizer só aquilo que eu já disse ao sair daqui em 2016, quando eu deixei o cargo de juiz. Dizia o poeta: 'O trem que chega é o mesmo trem da partida'. Cheguei num trem, agora eu vou embora no mesmo trem. Enfim, obrigado por tudo, gente. Meus queridos, mais uma vez, foi uma honra ser Presidente desta Corte, me despeço, saio com a cabeça erguida, sei do dever cumprido, agradeço a amizade de todos os senhores e senhoras, colaboradores, amigos que ficarão aqui e, sem mais, eu declaro encerrada esta sessão. Muito obrigado."

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Desembargador Presidente foi declarada encerrada a sessão. E, para constar, eu, Luciano Antonio Ribeiro Sanches, Secretário Judiciário, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Desembargador

Presidente deste Tribunal.

São Paulo, 16 de dezembro de 2025.

DESEMBARGADOR SILMAR FERNANDES

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO ANTONIO RIBEIRO SANCHES, SECRETÁRIO**, em 12/01/2026, às 17:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILMAR FERNANDES, PRESIDENTE**, em 14/01/2026, às 18:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **7134509** e o código CRC **BEA5007A**.

---

0017242-98.2020.6.26.8000

7134509v2